



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA

CORRESPONDÊNCIA LIDA
em 17 / 04 / 2024
[Assinatura]
Presidente

PEDIDO DE PROVIDÊNCIA Nº 23/2024

Os Vereadores signatários deste, usando das prerrogativas concedidas por lei, vêm mui respeitosamente, solicitar de Vossa Excelência, que seja encaminhado ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, o seguinte **Pedido de Providência**:

- Que seja Prefeitura de Montanha realize ação conjunta entre as secretarias municipais para a execução da Lei Municipal nº 1.117/22 que dispõe sobre a limpeza de terrenos baldios do município de Montanha/ES.

Montanha/ES, 27 de março de 2024.

[Assinatura]
Adivaldo Rodrigues de Souza
Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA

JUSTIFICATIVA:

Em 2022 foi sancionada a Lei 1.117/22 de proposição do vereador Divaldim, com o objetivo de manter os terrenos limpos em nossa cidade e assim evitar a propagação de roedores, baratas e principalmente de focos do mosquito da dengue.

Mas infelizmente muitos moradores não tem colaborado com a limpeza dos seus terrenos, causando assim a propagação de muitas doenças, inclusive a dengue.

Dessa forma se faz necessária ação conjunta das secretarias municipais para a execução desta lei.



Prefeitura Municipal de Montanha Estado do Espírito Santo

LEI Nº 1.117, DE 06 DE OUTUBRO DE 2022

Dispõe sobre a limpeza de terrenos baldios no município de Montanha/ES.

Faço saber que a **CÂMARA MUNICIPAL** aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Os proprietários ou possuidores a qualquer título de terrenos baldios ou não em área urbana, são obrigados a mantê-los limpos, roçados e drenados, sob pena de aplicação de multa a ser estipulada pelo Poder Executivo Municipal, a qual poderá ser lançada em dívida ativa.

Art. 2º O proprietário do terreno será considerado regularmente notificado mediante:

I - Simples entrega da notificação no endereço de correspondência constante no Cadastro Imobiliário Municipal, indicado pelo proprietário ou por seu representante legal, ou;

II - Por edital público.

Parágrafo Único. A entrega das notificações poderá ser efetuada por Carta/AR ou por meio de fiscais que fazem parte do quadro de servidores públicos da Prefeitura Municipal de Montanha.

Art. 3º O proprietário terá prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da notificação ou da publicação do edital, para efetuar a limpeza do terreno ou, já estando limpo, mantê-lo nestas condições.

Art. 4º Decorrido o prazo previsto no art. 3º e, constatado pelo setor de fiscalização o descumprimento da notificação, será emitida multa nos termos do artigo 1º desta lei.

Art. 5º Após a notificação, a Prefeitura Municipal de Montanha procederá, a seu critério, a limpeza do respectivo terreno, cobrando as despesas decorrentes do ato em conformidade com tabela própria a ser estipulada para tal fim, procedendo após, fiscalização para a manutenção da limpeza do mesmo.

Art. 6º A multa prevista no art. 1º será expedida anualmente a todos os proprietários de terrenos baldios constantes no Cadastro Imobiliário da Prefeitura de Montanha e será enviada, preferencialmente, com o carnê referente ao Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, tendo validade para o exercício em que foi emitida.

Parágrafo Único. No caso de reincidência, a multa será aplicada no valor em dobro.

Art. 7º Fica ainda estabelecida a multa por metro cúbico de lixo e/ou entulhos a quem lançá-los em terrenos baldios, próprios ou de terceiros, no valor a ser estipulado pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

Art. 8º Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo, no que couber, no prazo de 90 (noventa) dias a partir da data de sua publicação.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Montanha, 06 de outubro de 2022.

ANDRÉ DOS SANTOS SAMPAIO
PREFEITO MUNICIPAL

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Prefeitura Municipal de Montanha.